

TEMPORALIDADES DA ESCRAVIDÃO NA BAHIA - NAZARÉ DAS FARINHAS NO OITOCENTOS

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington; SOUZA, Edinélia M. O; e BARRETO, Virgínia Q. *Entre veredas e arrabaldes: escravos e libertos na comarca de Nazaré das Farinhas durante o Oitocentos e no pós-abolição*. Cruz das Almas: Edufrb; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 1). 247p.

Parte integrante da ampla Coleção da UNIAFRO (Programa da Secretaria de Ensino Continuada, Alfabetização e Inclusão do Ministério da Educação), o livro *Entre veredas e arrabaldes*, dos historiadores Wellington Castellucci, Edinélia Souza e Virgínia Barreto, mantém sintonia com as perspectivas desse audacioso projeto, que se dispôs a reunir pesquisadores de várias partes da Bahia, afinados a um propósito singular: “Esta Coleção é uma conquista dos movimentos negros e indígenas brasileiros em suas lutas seculares”. (p. 13)

Pesquisa a diversificada documentação dos arquivos públicos municipais das cidades de Nazaré e Jaguaripe, no Recôncavo baiano, e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) possibilitou aos autores problematizar temporalidades históricas, essenciais à compreensão e interpretação de experiências de homens e mulheres envolvidos nas lutas pela sobrevivência diária, em sociedades muito marcadas por hierarquias e desigualdades sociais.

Registros eclesiásticos, notariais e processos criminais foram as fontes documentais para abordagem de temas que percorrem o período escravista e pós-emancipacionista no Recôncavo Sul. Uma ampla documentação tratada por historiadores cientes das especificidades de um ofício exigente em seus procedimentos para obter interpretações mais densas e precisas.¹ É um livro que dialoga com estudos clássicos e mantém bom debate com a recente historiografia da Bahia, oriunda de teses igualmente pautadas por abundante e vigorosa pesquisa.

Nazaré das Farinhas, “Filha de Jaguaripe no passado”, é vivamente apresentada por uma geografia desenhada por suas condições naturais, mas também pelo trabalho e pe-

¹ Nota-se, nas linhas e entrelinhas desse livro, a boa influência do convívio dos autores com a professora Maria Odila L. S. Dias (orientadora de dois deles), conhecida por inspirar sucessivas gerações de historiadores, legando-nos uma clara noção ética do exercício da profissão e o importante desafio de estar compelido a “travar [enfrentamentos] de natureza teórica”. (p. 21)

las intensas relações por ele geradas, relações que envolveram senhores, escravos, forros, trabalhadores livres, pequenos proprietários rurais durante a escravidão e no pós-abolição. Naquele momento, muita gente egressa do cativo permaneceu no meio rural na condição de posseiro, meeiro e rendeiro, em fazendas de variado porte, e outros mais nas pequenas cidades da região — com feições de vilas do Brasil oitocentista —, na condição de jornaleiro (diarista), quitandeira, pescador, no serviço doméstico, no artesanato etc.

Certamente, situar-se como entreposto comercial, em área portuária, tornou-se uma das características mais marcantes da Nazaré oitocentista. Essa condição intensificara movimentação e trânsito de mercadorias, pessoas e culturas múltiplas, mescladas por temporalidades intercambiáveis. Essa condição fora fundamental à criação de espaços de sociabilidade e troca de saberes, de aprendizado de ofícios, e, mais ainda, serviu de oportunidade para “bicos” passageiros, numa conjuntura tantas vezes desfavorável aos menos remediados.

A capacidade de integrar gentes do lugar a pessoas de fora, a massa de despossuídos mobilizada continuamente pela busca da sobrevivência e pela esperança de dias melhores, é uma característica essencial para que possamos mergulhar no universo que integrava aquela região. Entre as ocupações ali exercidas estavam a caça às baleias e a pescaria em geral; o trabalho na

lavoura; em olarias fabricando telhas e tijolos; no artesanato caseiro; no serviço doméstico; na coleta do dendê, de frutas tropicais, da piaçava; ou ainda o emprego nas tropas de animais e em embarcações que garantiam o escoamento de mercadorias “que chegavam de toda parte na região”. (p. 91)

Uma geografia de paisagens exuberantes é apresentada ao leitor logo no primeiro capítulo, e parece atender não somente ao interesse de apresentá-lo com expressivas imagens de beleza, mas almeja uma compreensão das condições concretas de vida e de trabalho experimentadas na diversificada topografia regional, onde se destacaram desde caçadores de baleias e suas armações, até roceiros e moradores das pequenas vilas e arraiais...

Entre planícies e montanhas densamente arborizadas, rios caudalosos com seus afluentes e córregos singrando os solos argilosos, extensos manguezais [...] montanhas e uma extensa mata atlântica, que circundavam e davam extrema beleza natural ao baixo sul do Recôncavo, no século XIX, aquelas duas povoações [Nazaré das Farinhas e Jaguaripe] eram os principais centros responsáveis pelo abastecimento da capital da Bahia. Na frente da barra do rio Jaguaripe, Itaparica, uma ilha de topografia irregular e com muitas enseadas [...] Seus golfos naturais [...] tornaram-se locais onde os construtores navais ergueram estaleiros [...] para construção de saveiros,

baleeiros, catraias, canoas e outros barcos, típicos de mar abrigado e de baías. Jaguaripe, Nazaré e a Ilha de Itaparica, formavam, àquela época, a tríade dos principais núcleos populacionais daquele extenso e inóspito território que constituiria, ao longo do século XIX, a Comarca de Nazaré das Farinhas. (pp. 18-9)

As regularidades econômicas e geográficas, importantes à feição da vida social em geral, são tratadas no livro tendo em vista outras mediações, ou, conforme anunciam os autores,

os interesses individuais e coletivos constituem e são constituídos por esquemas culturais que os informam quotidianamente [...] buscamos enfatizar, sobretudo, os agenciamentos individuais. (p. 21)

E assim, na senda da vida cotidiana, os autores desvelam relações entre trabalhadores e seus pares, seus senhores, patrões ou intermediários, antes e depois da escravidão, dando mostras de coragem e disposição daqueles sujeitos diante de conflitos e pressões que lhes eram constantes. Passamos então a conhecer Martinho Teixeira, lutando contra o recrutamento forçado; Frutuoso e seus parceiros, procurando a fuga da região (muitas vezes para quilombos naquele território insular); o africano Ignácio (mestre de lancha e pescador), também alvo de busca e captura; Theodosio e Gregório, que pareciam “desprovidos de cautela e temor de serem presos” (p. 61), e daí continuamos a acompanhar outros tantos

episódios, envolvendo pessoas tidas como malfeitores (*gente perigosa*), que tiveram as suas vidas apossadas por perseguições de toda ordem.

No segundo capítulo do livro, “Nas franjas da *plantation*”, temos um contato mais próximo com as condições de abastecimento do Baixo-Sul do Recôncavo da Bahia, Salvador e outras regiões. Também nesse capítulo, nota-se um tratamento mais inovador à noção de temporalidade a recobrir regiões distantes geograficamente na província e, em geral, negligenciadas por nossa historiografia:

o pressuposto de uma economia agroexportadora, baseada na grande *plantation*, como principal atividade a ser considerada pelos historiadores, e a convicção de que as atividades econômicas periféricas às enormes fazendas não mereciam a atenção dos estudiosos parecem estar definitivamente esgotados. Em seu lugar, uma profusão de pesquisas tem revelado uma simbiose entre agricultura de exportação e a produção voltada para o abastecimento interno, e é esse viés que nos interessa aqui. (p. 69)

Compreensões dessa natureza têm a possibilidade de escapar a enquadramentos que impedem comparações e análises de articulações sociais, econômicas, políticas e culturais entre regiões da Bahia. Essa situação, como mencionada na passagem dos autores, encontra-se hoje mais bem contornada, dentre outros fatores, por avanços de pesquisas a acervos de arquivos municipais e

também por novas buscas aos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia, o que tem resultado em estudos mais atentos aos “traços temporais de um mundo refigurado pelo ato de configuração”.²

Já no primeiro capítulo do livro, inspirados em Barickman,³ os autores nos dizem que “as propriedades rurais situadas naquelas imediações eram ocupadas majoritariamente por pequenos roceiros” (p. 27), que contavam com um a três escravos para a lida na lavoura. Comparando com outras regiões da Bahia, as relações de trabalho praticadas em roças mais voltadas ao cultivo de gêneros de subsistência são similares de muitos modos, tendo presenciado conflitos de mesma natureza. Nesse aspecto, em particular, uma das vantagens desses novos estudos está em apresentar situações comuns, marcadas por relações assimétricas entre segmentos sociais distintos (mas extrapolando o binômio senhor-escravo), bem como por um olhar mais atento aos territórios da pesquisa, não mais restritos a noções de espaços supostamente isolados e/ou homogêneos, mas a espaços que ganham expressividade justamente por integrarem múltiplas temporalidades históricas.⁴

² Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*, Campinas-SP: Papirus, 1994, vol. I, p. 126.

³ B. J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴ Dentre outros autores, para tratar o conceito de temporalidade e seu uso na historiografia,

No terceiro capítulo, podemos acompanhar, com riqueza de detalhes, a luta de mulheres pobres no pós-abolição. Através do estudo dos espaços por elas ocupados em disputas pela sobrevivência, observamos seus percursos pela cidade, pelas feiras, nos espaços mais periféricos, onde geralmente viviam muito precariamente. Evidencia-se ali que o morar e o sobreviver faziam parte de uma mesma moeda. Na movimentada Nazaré, além dos armazéns de café, fumo, farinha de mandioca, aguardente, açúcar etc. (p. 96), circulavam

Figuras conhecidas na cidade, as “ganhadeiras”, sejam elas escravas, libertas ou pobres livres, [que] praticavam o pequeno comércio de quitutes caseiros, carnes, frutas, doces, mariscos, etc... (p. 103).

Algumas alcançaram maior prosperidade nos seus negócios, a exemplo de Maria Madalena, que, assim como Fausta Maria de Jesus, Alcina e outras mais, documentadas nesse capítulo, guardam trajetórias muito ricas para a compreensão da sociedade onde se inseriam.

Ao tratar da violência senhorial, no capítulo seguinte, iniciado com um caso envolvendo o cabra Tibúr-

recomendo as contribuições teóricas de Ricoeur, *Tempo e narrativa*, especialmente a primeira parte, “O círculo entre narrativa e temporalidade”, com destaque para “Narratividade e referência”, pp. 118-31; e da segunda parte, “A história e a narrativa”, pp. 133-73; incluindo as conclusões do autor, pp. 321-7.

cio, temos a oportunidade de conhecer mecanismos da Justiça local e muito da vida na cidade portuária de Nazaré das Farinhas. Tomamos também contato com a precariedade da condição de liberdade entre libertos, uma situação repetida em muitas partes:

o estabelecimento dos libertos num novo lugar se constituía em grande dificuldade, em função das desconfianças que pairavam sobre eles, acusados sempre de escravos fugitivos e de criminosos procurados pela polícia. (p. 33)

Como comumente ocorre no decurso de pesquisas arquivísticas, imprecisões ou generalizações de teses do passado recebem contestações. No quinto capítulo do livro, ao abordarem famílias e alforrias no Recôncavo, os autores antes se detêm em novos caminhos interpretativos para análise dos “últimos anos da escravatura no Brasil” (lembrando o clássico livro de Robert Conrad),⁵ e o fazem apoiados em testamentos e inventários *post mortem* de fazendeiros, a partir dos quais observaram largo crescimento no número de posseiros, rendeiros e meeiros, ao longo do século XIX. Interpretam essa situação como uma espécie de “preparação de terreno”, que visava evitar o descontrole e a debandada geral da mão de obra escrava, sobre-

⁵ Robert Edgar Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

tudo, pela legislação abolicionista e pelo tráfico interprovincial. As fontes compulsadas pelos autores lhes permitiram afirmar:

A produção historiográfica dos últimos anos atualizou algumas conclusões consagradas e, baseando-se em sólidas pesquisas em arquivos, constatou que bem diferente do inesperado, os senhores de várias partes do Brasil escravista tinham consciência do final do regime de cativo e já vinham se preparando para o inevitável, criando as condições adequadas para uma mudança gradual, e sem grandes sobressaltos, das relações de produção baseadas no trabalho compulsório para o assalariamento. (p. 149)

Arranjos das relações de trabalho e de acesso à terra que se observam com meeiros, rendeiros e posseiros, parecem precedidos, em alguns casos, de experiências praticadas ainda sob cativo, quando cativos se dedicavam a formas mais autônomas de auferir ganhos, em ocupações que favoreciam a isso. Muitos mantinham roças de mantimentos, de onde puderam retirar o pecúlio para a compra da própria alforria ou de pessoas da família, em geral, filhos e companheiros:

a economia interna escrava parecia algo consolidado e inquestionável a despeito de estarem ou não sendo fiscalizados de perto. (p. 83)

No último capítulo, são os africanos egressos do cativo os pro-

tagonistas em cena. São ali tratados demograficamente, mas também qualitativamente, quando uma leitura atenciosa da documentação possibilita a localização de famílias e revela relações horizontais e hierárquias. Relações que giravam em torno de

arrendamentos de terras e pequenos negócios associados a uma rede de reciprocidade, compromissos e lealdades dentro do grupo, mas também com indivíduos pertencentes a grupos que detinham maior poder econômico e social (p. 230)

e se insinuaram como estratégias de que lançaram mão ex-escravos para mudar de situação social e constituir a cidadania no Recôncavo Sul da Bahia.

Por tudo que foi dito até aqui, o alcance dessa publicação ultrapassa os limites do Recôncavo Sul da Bahia para integrar-se, de modo inovador, na historiografia da Bahia

e do Brasil. Para além das similaridades temporais, assinaladas entre diversificadas regiões da Bahia, o tratamento de especificidades próprias ao Recôncavo acompanha as veredas, antes abertas por historiadores como Bert Barickman, “um brasilianista despojado de qualquer resquício messiânico, um *scholar* como raramente se encontra”, nas palavras de Maria Yedda L. Linhares.⁶

O livro revela um trabalho de pesquisa de fôlego e um profícuo esforço interpretativo, conduzidos de modo sistemático e articulado, tornando-se, nessa medida, uma contribuição genuína aos estudos do período escravista e pós-escravista no Brasil e na Bahia. Mais do que o Recôncavo, vemos uma província integrada e articulada, seja internamente, seja às conjunturas mais gerais que demarcaram caminhos, mas também veredas da escravidão e do pós-abolição no Brasil.

Maria de Fátima Novaes Pires
fatimapires90@hotmail.com
Universidade Federal da Bahia

⁶ Maria Yedda Leite Linhares, resenha de *Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860*, *Revista do Mestrado História*, Vassouras, no. 5 (2003), pp. 153-5.